

ISSN on-line: 1982-9949

Reflexão & Ação, Vol. 23, No 2 (2015).

Ditadura(s), educação e memória.

Entrevista com Carmem Maria Craidy por Maria Carmen Silveira Barbosa

Breve Currículo – A professora Carmen Maria Craidy estudou *Pedagogia* na UNIJUI na década de 60 e no período do exílio – vivido na França - realizou seu mestrado em *Sciences de L`éducation*, pela Université Paris Descartes (1972). Em Moçambique apoiou a construção do sistema educacional após a revolução anti-colonial. Após a anistia retornou ao Brasil onde concluiu seu doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, recentemente aposentada, e Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Sua experiência em educação tem uma riqueza imensa e conecta-se com os grandes momentos da educação brasileira. Ao retornar para o Brasil, após o exílio, a ênfase das suas pesquisas tem sido a defesa dos Direitos das Crianças e Jovens e a Educação Infantil, e em sua ação social e pedagógica vem atuando principalmente no tema da escola, violência e infratores.

Maria Carmen Silveira Barbosa – A ditadura parece que sempre retorna em nosso país. Cada vez em uma versão diferente. Há pouco tempo atrás tivemos a volta do tema da ditadura através da sua crítica com os trabalhos da Comissão da Verdade, e nas ruas, a presença de pessoas nas manifestações e painéis pedindo a volta dos militares. Discursos tão distintos. O apagamento da ditadura militar, desse momento da história política recente do nosso país deixou como resultado a falta de informação demonstrada por um número significativo de pessoas durante as últimas manifestações. Nossa preocupação com o papel da universidade neste processo nos fez buscar interlocutores para contribuir e qualificar o debate no meio acadêmico. Esperamos que a tua história pessoal e a tua experiência como professora ajudem a compreender melhor esse período da nossa história.

Carmem Maria Craidy – Professora Carmen Maria Craidy a sua atuação como docente na UFRGS esteve sempre atrelada às lutas políticas em defesa dos direitos das crianças e dos jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Porém tua militância iniciou antes mesmo da tua atuação como docente, quando ainda eras uma jovem estudante. Como surgiu teu engajamento político? Como surge a Carmen militante? Em qual contexto educacional e político te encontravas e quais as principais influências naquele momento?

Carmem Maria Craidy – Comecei a militar com 14 anos, ainda estudante do antigo ginásio, num colégio de freira em Herói/RS. Meu primeiro engajamento foi na JEC, juventude estudantil católica, voltada para uma visão mais aberta do que a da Igreja tradicional. A JEC e depois a JUC cada vez mais voltadas para o social foram a porta de entrada para a militância política, inicialmente no movimento estudantil secundarista e depois universitário. Quando houve o golpe em 1964 eu era presidente do Diretório Acadêmico da faculdade e participava intensamente do movimento universitário no estado e no país. Cabe lembrar que a esquerda brasileira teve duas origens principais: o partido comunista e a Igreja católica e algumas Igrejas evangélicas.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Tua vinculação aos movimentos sociais e educacionais aconteceu no início da década de 60, como vocês, como geração, anteviam as possibilidades históricas do país e como hoje avalias este processo?

Carmem Maria Craidy – Fiz a escola normal na mesma escola de freiras no interior e já na escola normal comecei com trabalhos em favelas e campanhas contra as injustiças sociais para conscientização nas escolas. Nesta época, fui vice-presidente da União dos Grêmios Estudantis de Ijuí, a UGEI. Terminei a escola normal em 1960 e, em 1961, ingressei na faculdade de Pedagogia. Minha militância influenciou na escolha para trabalhar com educação e a escola normal da época era uma grande escola, se aprendia sobre Educação, sobre como dar aulas. A geração que foi jovem nos anos 60, viveu muitas rupturas e achava que ia transformar o mundo. Expressão disto, foram as manifestações de maio de 1968 que se deram sob diferentes motivações imediatas, atingiram muitos países, mas expressavam sempre o desejo de mudança que de alguma forma, foi abortado. As manifestações de 1968,

sacudiram o mundo, criaram mesmo novas dinâmicas na vida social e pessoal, mas aos poucos foram sendo recuperadas.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Como avalias a relação entre a tua participação nos movimentos sociais e políticos contra a ditadura e as tuas concepções teóricas e práticas pedagógicas, como um influenciou o outro?

Carmem Maria Craidy – O tempo da faculdade, o início dos anos 60, foi um tempo de grandes mobilizações sociais, de luta pelas reformas de base. A JUC (Juventude Universitária Católica), a qual eu pertencia e da qual cheguei a ser coordenadora regional e depois nacional, sob a influência da teologia da libertação e de uma vanguarda de teólogos da época, já tinha feito uma opção pela transformação social radical, inclusive dialogando com o marxismo. Militava-se pelas reformas de base e pela revolução social. A mobilização era intensa. Além do trabalho nos bairros pobres com os movimentos de cultura popular e de alfabetização de Paulo Freire, promovíamos debates em sindicatos operários e fazíamos teatro político em cima de caminhões, no meio rural. Havia a participação de seminaristas que estudavam na faculdade de Ijuí que era dos frades capuchinhos, na época, bastante engajados no social. A opção pela educação para mim foi parte da opção pelas transformações sociais. Eu achava que era necessário formar as pessoas, em especial as novas gerações.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Quais foram, na tua opinião, as principais marcas e rupturas que ocorreram em 64 e depois em 68 na educação brasileira? Que heranças ficaram?

Carmem Maria Craidy – O golpe civil/militar de 1964 foi de fato um golpe antirrevolucionário, ou seja, reacionário. Vale dizer contra toda a perspectiva de transformação social e a favor da radicalização do sistema capitalista. O golpe foi articulado pelas elites econômicas nacionais em conjunto e apoiado claramente pelo Imperialismo dos Estados Unidos, que promoveu e ajudou todos os golpes na América Latina: Argentina, Uruguai e Chile, no espaço de uma década. Houve uma geopolítica internacional que promoveu os golpes. Até o treinamento dos torturadores, no início, foi feito por oficiais americanos. O país, pretensamente defensor da liberdade, foi o promotor da supressão de

todas as liberdades nas ditaduras que ajudou a implantar e a sustentar. A luta pelas reformas foi, é claro, interrompida inclusive a da reforma universitária. Depois foi implantada a reforma de ensino da ditadura, com a lei 5692/71 que reformou o ensino básico, antecedida pela reforma universitária, lei 5540 de 1968. A implantação desta reforma foi precedida de grandes expurgos de professores universitários, expulsos da Universidade de um dia para o outro, sem terem nenhum direito de se defenderem. A maioria foi para o exílio e muitos fizeram carreira em universidades de outros países. O Brasil ficou privado de sua elite intelectual mais avançada. O movimento estudantil continuou atuando sobretudo com passeatas, pichações e panfletagens sempre sob feroz repressão que levou muitos estudantes à prisão e até à morte. O decreto/lei 477 de 1969, baixado pelo então presidente Costa e Silva, definiu a possibilidade de expulsão sumária da universidade de professores, alunos e funcionários considerados subversivos. Os professores expulsos não poderiam trabalhar em nenhuma outra instituição do país por cinco anos e os estudantes não poderiam estudar em qualquer universidade por três anos. Muitos estudantes tiveram em consequência suas carreiras interrompidas. Como o processo era sumário, muitas vezes a simples acusação de um colega, que podia ter motivações diversas, era suficiente para a expulsão. O modelo da reforma foi no sentido de esvaziar qualquer possibilidade de reflexão crítica. Implantou-se a matrícula por disciplina no ensino superior para evitar a formação de turmas e no ensino ginásial e médio, que foram denominados de primeiro e segundo grau, tornaram-se obrigatórias as disciplinas de moral e cívica e de organização política brasileira que tinham por objetivo difundir a ideologia da ditadura. Foram suprimidas disciplinas como sociologia e filosofia. Todo o ensino básico deveria fazer uma preparação para o trabalho, com o objetivo de formar mão de obra para o desenvolvimento capitalista que se acelerava. Houve entretanto estímulo ao pós-graduação com a finalidade de formar quadros de elite.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Poderias nos contar sobre tua experiência de exílio, na Europa e na África? Quais as especificidades destas experiências ?

Carmem Maria Craidy – O exílio é uma experiência bastante dolorosa. De um dia para o outro, deixas tudo o que tens: profissão, casa, família, amigos, relações em geral e vais para um país onde tens que começar do zero, num momento em que o sentimento de frustração e de falta de perspectiva te domina. E o pior é que não sabes se poderás voltar ao teu país um

dia, ficas imaginado quanto tempo terás que ficar fora. Eu tive a sorte de ser aceita na Universidade de Paris V, Sorbonne, logo que cheguei, o que ajudou a minha integração. Busquei no estudo a retomada de uma perspectiva, mas não foi fácil. Basta dizer que levei alguns meses para descobrir que Paris é uma cidade linda. Eu simplesmente não enxergava. Aos poucos, fui me retomando, encontrei outros brasileiros. Alguns que eram amigos e companheiros do tempo de militância no Brasil, outros novos conhecidos não só brasileiros, mas de várias nacionalidades. Nesta época, início dos anos 70, a Europa, e particularmente Paris, recebeu muitos exilados latino-americanos. Apesar de dura, a experiência foi rica, não apenas pelas possibilidades de estudo e de novas amizades, mas pela experiência de mundo que Paris, uma cidade muito cosmopolita, oportuniza. Foi também interessante sentir o Brasil de longe, redescobrir o país com um novo olhar.

A ida para Moçambique, com meu companheiro que eu conhecera em Paris, vindo de vários exílios, e com meu filho de três meses, foi a escolha para tentar fazer algo de produtivo. Estávamos cansados de viver a vida de exilado que é sempre meio marginal e queríamos contribuir com um país que acabara de se libertar do colonialismo e que estava fazendo uma opção revolucionária. A vida em Moçambique foi difícil, sobretudo no início. Com o boicote econômico que o país sofreu, faltava tudo, até comida. Depois começou a guerrilha de direita que junto com uma grande seca, levou o país a situações difíceis com a morte de milhões de pessoas. Nesta altura, já não estávamos lá. Tinha havido a anistia do Brasil e tínhamos voltado. Eu voltei um pouco antes da anistia, em janeiro de 1979 para trazer meu filho que estava muito mal e não havia recursos para trata-lo em Moçambique. Vim grávida de oito meses e trazendo meu filho com pouco mais dois anos. Eu tinha sido absolvida por falta de provas, mesmo assim quando minha filha tinha vinte dias a polícia federal foi me buscar na casa de meus pais onde eu estava hospedada e me interrogou, sem ter nenhuma acusação. Consegui ser liberada com a intervenção do presidente da OAB do Rio Grande do Sul. Isto foi poucos meses antes da lei da anistia que já estava sendo encaminhada. É importante dizer que quando pedi minha ficha a ABIN, (serviço de inteligência/segurança), a que todos têm direito pela nova legislação, recebi uma ficha sobre minhas atividades até o ano de 1990. Vale dizer que quando trabalhei do Ministério em Brasília e quando participei da assessoria do Constituinte Democrática, continuava com meus passos sendo controlados. É importante tomarmos consciência de que a transição da ditadura para a democracia foi uma transição negociada. Não houve uma total derrota da ditadura. Muito do entulho autoritário permaneceu

na estrutura do estado e na mentalidade da sociedade. E mais, as razões mais profundas que levaram à ditadura, ou seja, os interesses do capitalismo e do imperialismo americano ressurgem com força hoje, em função da crise atual do capitalismo e da emergência da China como potência que ameaça a hegemonia americana.

Voltando à experiência em Moçambique devo dizer que com todas as dificuldades da vida lá, foi uma experiência riquíssima, vimos um país nascer, ser boicotado e lutar para sobreviver democraticamente e promover seu povo.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Como foi o retorno do exílio? E o retorno ao trabalho? Que Brasil encontrastes na década de 80? Quais as marcas mais visíveis deixadas pela ditadura na sociedade e nas práticas pedagógicas no Brasil?

Carmem Maria Craidy – Voltei depois de oito anos. Muita coisa tinha mudado, inclusive eu. Reencontrei velhos amigos que foram bastante solidários e, sobretudo contei sempre com o apoio de minha família. Cheguei com a roupa do corpo e trazendo um filho doente e uma filha por nascer. Meu companheiro só veio meio ano depois, quando foi promulgada a lei da anistia. Eu precisava muito trabalhar e aí uma antiga amiga, militante da velha guarda, me apresentou ao professor Luiz Oswaldo Leite, que acabara de ser indicado como presidente da FEBEM e era professor da UFRGS. Ele me contratou como sua assessora em educação. A experiência na FEBEM, que durou quatro anos, foi muito rica. Descobri e trabalhei com uma realidade muito desafiadora, e busquei construir uma perspectiva pedagógica de intervenção nesta realidade. Tive algum sucesso e esta experiência influenciou muito meu trabalho em educação, nos anos seguintes. Quando mudou o governo, mudou também o presidente da FEBEM, que era cargo de confiança. O novo presidente me chamou, elogiou o meu trabalho e convidou-me a permanecer. Dias depois fui demitida por portaria sem nenhuma explicação. O que foi dito pelos corredores é que eu seria uma comunista. A partir daí, fiquei um tempo vivendo de trabalhos esparsos, até que fui convidada a trabalhar no Juizado de menores. De lá, fui para Brasília, a convite do Ministério da Previdência e Assistência Social para organizar um programa de pesquisas sobre crianças e adolescentes em vulnerabilidade que seria desenvolvido no governo de transição, mas que devido às instabilidades políticas da época da transição para a Democracia, não chegou a ser implantado, ainda que tenha sido elaborado. Depois fui para o Ministério da Educação onde trabalhei na elaboração da LDB.

Durante a Assembleia Constituinte fiz também assessoria à mesma para a elaboração do capítulo sobre criança e adolescente e também, fiz concurso para a UFRGS e para a UNB e, em 1990, voltei para assumir a UFRGS que foi uma rica vivência até 2012, quando me aposentei, Ainda colaboro como voluntária no Programa com adolescentes em conflito com a lei.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Como analisas a FEBEM, o sistema de atendimento ao menor, a ditadura e a escola?

Carmem Maria Craidy – Esta pergunta exigiria um tratado. A antiga FEBEM, hoje FASE (Fundação Socioeducativa) oscila entre avanços e retrocessos. Nunca conseguiu superar de fato a mentalidade e a cultura prisional. É menos ruim do que os presídios, até porque tem escola e os jovens não ficam misturados com adultos mais comprometidos. De fato a maioria dos internos cometeu pequenos atos infracionais. Se fosse respeitada a lei que diz ser a internação um último recurso, só aplicável quando há crime grave contra a pessoa, o número de internos seria muito menor, talvez uma quinta parte do que é hoje. É raro que um adolescente de família de classe média ou alta seja internado. O que vemos é uma criminalização da pobreza. Vivemos numa sociedade violenta. Os atores da violência são em 90% dos casos, adultos. Os jovens são suas maiores vítimas, basta dizer que dos que morrem entre 15 e 24 anos, 38% são assassinados. É o maior índice do mundo, comparável ao dos países em guerra. Em contrapartida, menos de 1% dos assassinatos são cometidos por adolescentes. Em vez de implantarmos políticas para a juventude, a proposta atual é criminalizá-la e jogá-la no presídio com 16 anos. Esperemos que a esta proposta não seja aprovada no Congresso nacional. É absurda, injusta e resultaria em mais violência social. A meu ver, a maioridade penal deveria ser aos 21 anos como já está sendo implantada ou discutida em alguns países. Maior tempo de proteção social poderia significar mais oportunidades para os jovens. Prova disto é que a inserção no crime aumenta depois que os jovens atingem a idade em que são imputáveis, atualmente 18 anos. Foi sob a ditadura que o sistema de encarceramento dos jovens, que já existia, foi consolidado, sob a influência da Lei de segurança nacional. Nosso projeto de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, desenvolvido na UFRGS desde 1967, visa a construção e execução de uma pedagogia para as medidas socioeducativas em meio aberto, sobretudo Prestação de Serviços à Comunidade e

Liberdade Assistida. Nestas medidas, previstas em lei, e que deveriam ter prioridade sobre a internação, a ser aplicada apenas em casos extremos, como já foi dito, oportunizam muito mais possibilidades aos adolescentes, que continuam sua vida na família e na comunidade e são acompanhados por profissionais educadores que desenvolvem um trabalho de promoção de descoberta e respeito aos direitos humanos consagrados na Constituição Democrática de 1988. O Trabalho no Programa de PSC da UFRGS tem sido muito gratificante a todos os que nele se engajam.

Quanto à escola, sabemos o quanto ela ainda é excludente, apesar dos avanços dos últimos anos. É só olhar para o atraso escolar dos internos na FASE e nos presídios. Ser expulso da escola costuma ser o primeiro passo para a marginalidade. Ainda temos muito a caminhar para uma educação libertadora, promotora de todos. Não estamos sob ditadura, mas a mentalidade elitista e segregadora em relação aos pobres é muito forte. As classes favorecidas querem ser “distintas”, não toleram a igualdade, basta ver as manifestações e os painéis onde a maioria das pessoas não costumava pegar em painéis. Seria risível se não tangenciasse o fascismo. As manifestações dos últimos tempos me fizeram lembrar das marchas da família, que prepararam o golpe de 1964. Também o clima de caça às bruxas sob o pretexto de combate à corrupção, combate importante sem dúvida, mas que deveria ser menos seletivo. O que se tenta hoje no Brasil não é um golpe militar, para o qual não há clima em função da consolidação das instituições democráticas, mas um golpe “judicializado”, que “busca utilizar a lei para enquadrar o desejo de um grupo político” como expressou o Dr. Jerusalinsky em entrevista ao jornal Zero Hora, publicada dia 3 de maio do corrente.

Maria Carmen Silveira Barbosa – O direito à Educação Infantil foi uma das tuas mais importantes militâncias. Podes dizer como avalias as conquistas do campo?

Carmem Maria Craidy – Acho que a educação infantil foi a etapa da educação que mais evoluir nas suas concepções e mesmo na expansão na última década. Isto em parte pela atuação dos movimentos sociais e também pela ação do Ministério da Educação, em especial, mas não só da, nossa colega e amiga Rita de Cássia, coordenadora do COEDI, desde 2003. As Universidades também deram sua contribuição. Tu mesma Lica, és uma referência na questão do currículo para creches e na educação de bebês. Outros centros de pesquisa como o

BARBOSA, Maria Carmen Silveira.

CINDEDI da USP de Ribeirão Preto, a Fundação Carlos Chagas, para citar apenas alguns, produziram muito neste campo nos últimos anos. Hoje sabemos e fundamentamos o quanto a educação é importante desde o nascimento e que práticas devem ser desenvolvidas com as crianças pequenas.

Maria Carmen Silveira Barbosa – Como vê a ausência da história da educação contemporânea, a ausência da compreensão sobre a ditadura nos cursos de formação de professores?

Carmem Maria Craidy – Acho que é muito grave. Demonstra que vivemos ainda uma democracia de baixa densidade conforme conceitua Boaventura de Sousa Santos ao falar do momento brasileiro